

entrevista



EVERT VEDUNG

POR ARMANDO SIMÕES

Entrevista realizada durante a Conferência da Associação Americana de Avaliação, em Anaheim, CA – USA

Evert Vedung é Professor Emérito de Ciência Política, especialista em política de habitação com escritório no Instituto da Universidade de Uppsala para Habitação e Pesquisa Urbana. Ele atua como professor visitante (meio período) no Departamento de Serviço Social da Universidade de Linnaeus, e como consultor de avaliação (meio período) em Samordningsförbundet Västra Skaraborg. Suas obras em inglês sobre avaliação incluem *Public Policy and Program Evaluation* (1997, 2010, autor); *Carrots, Sticks and Sermons* (1998, 2003, coeditor); *Four Waves of Evaluation Diffusion, Evaluation*, 2010, 16(3), 263-277. <http://evi.sagepub.com/content/16/3/263.full.pdf+html>; e *Four Waves of Evaluation Diffusion, Evaluation Connections (European Evaluation Society, EES, Newsletter)*, Janeiro, 2012, 4-5. http://www.europeanevaluation.org/images/file/Member_section/Evaluation_connections/2012-01_Connections.pdf (recuperado 2013-01-07).

ONDA CIENTÍFICA

EM SEU DISCURSO DE ONTEM NO CONGRESSO O SENHOR FALOU SOBRE QUATRO ONDAS DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE A DÉCADA DE 1960. PODERIA RESUMIR ESSAS IDEIAS PARA NÓS?

Sim. Antes de tudo, eu recorro que tudo começou em novembro de 1963, quando o presidente John F. Kennedy foi baleado e Lyndon Johnson chegou ao poder nos Estados Unidos. Na primeira onda de avaliação - a Onda Científica - a ideia era que a avaliação deveria ser científica e realizada de acordo com o melhor método científico, pois a intenção era fazer com que o setor público e a política pública fossem mais racionais e que isso deveria ser feito através da ciência. Por essa razão, eles tinham uma doutrina especial sobre políticas públicas. Hoje em dia chamamos de racionalidade meios-fins. O raciocínio era o seguinte: os fins estão fora do âmbito da ciência; você não pode provar fins ou objetivos através de meios científicos; mas você pode dizer algo verdadeiro, se você é um cientista, sobre os meios para alcançar esses objetivos; as ciências sociais podem fazer investigações empíricas significativas sobre os meios para se atingir objetivos estabelecidos por terceiros. Chamamos essa doutrina particular de racionalidade meios-fins, dizendo que os fins estão fora do domínio da ciência,

mas que você pode dizer algo sobre os meios. A ideia era que os objetivos deveriam ser definidos pelos políticos; eles, por sua vez, deveriam solicitar a professores universitários para determinar os meios mais eficientes para atingir esses objetivos estabelecidos pelo sistema político, e isso deveria ser feito através da experimentação, experimentação aleatória controlada, experimentação com dois grupos. Então, você divide a população em dois grupos e dá a intervenção, a medida de política, a um grupo e não ao outro, fazendo medições antes, durante e depois, e, uma vez que os grupos foram randomizados desde o início, eles são equivalentes um ao outro. A única coisa que difere entre eles é que um recebeu a intervenção e o outro não. Portanto, se for encontrada uma diferença depois, a causa dessa diferença deve ser a intervenção.

Então, nesse caso, as pessoas pensavam que a avaliação deveria ser feita de modo a "cientificizar" o setor público, por assim dizer. Por isso, a avaliação deveria ser feita por professores, pesquisadores acadêmicos, de acordo com a metodologia científica. Essa foi a primeira onda de avaliação e pode-se dizer que ela começou a ser

levada a sério nos Estados Unidos quando Lyndon Johnson chegou ao poder, porque ele queria introduzir a sociedade do bem-estar na América. Ele também queria algo mais, ele queria ter o desempenho de cada intervenção avaliado, e a avaliação deveria ser feita pelos professores, os acadêmicos, de acordo com essa metodologia particular.

ONDA DIALÓGICA

MAS O SENHOR FALA SOBRE OUTRAS ONDAS DE AVALIAÇÃO. QUAIS SERIAM AS OUTRAS ONDAS DE AVALIAÇÃO?

A segunda, a Onda Dialógica, veio como uma espécie de protesto contra a primeira. Isso porque, depois de algum tempo, as pessoas perceberam que, mesmo com esse procedimento científico desde o início, efeitos colaterais ocorriam. Mesmo que se planejasse com muito cuidado, e que fossem feitas políticas de acordo com esses planos, os efeitos colaterais sempre ocorriam. E os efeitos colaterais têm que ser levados em consideração. As pessoas começaram a pensar que a avaliação não deveria ser científica, mas sim, democrática. A avaliação é um processo democrático, é um processo político, que deveria ser feita pelo homem comum das ruas e não pelo homem acadêmico.

ISSO FOI UMA ESPÉCIE DE REAÇÃO À AVALIAÇÃO PREDOMINANTE QUE ESTAVA EM VIGOR NAQUELA ÉPOCA?

Sim, era uma reação. Você deveria confiar nos stakeholders. Você deveria deixar as partes interessadas fazerem a avaliação. Você poderia ser um professor, um avaliador, mas você não deveria buscar a avaliação por conta própria através de métodos experimentais. Você deveria ouvir os stakeholders e as suas opiniões sobre a intervenção. Eles tinham uma espécie de ponto de vista diferente de racionalidade nessa onda. Nós o chamamos de racionalidade comunicativa. Os defensores da racionalidade comunicativa não enfatizam a distinção entre meios e fins, como defensores de racionalidade meios-fins fazem. Eles pensavam a avaliação como um processo argumentativo, como, por exemplo, em uma corte judicial, em que há a defesa, os promotores e advogados de defesa e assim por diante; onde ocorre um debate entre eles. O tipo de metáfora que eles usaram na segunda onda foi a avaliação dialógica, a avaliação como conversação.

DEVERIA HAVER UMA ESPÉCIE DE ACORDO ENTRE AS PARTES?

Sim, ou mesmo se não houvesse um acordo as partes interessadas ouviriam atentamente um ao outro, e tentariam levantar objeções e contra-argumentos, confiando que o outro lado ouviria com cui-

dado e avaliaria, e assim por diante. Os produtos finais desse processo seriam, então, apresentados aos tomadores de decisão pertinentes. Essa foi a segunda onda.

PARECE QUE FOI UMA TENTATIVA DE SE AFASTAR DA IDEIA DE UMA VERDADE FINAL SOBRE POLÍTICA PÚBLICA.

Sim, não há verdade com "V" maiúsculo. Há como que muitas verdades. Foi um tipo de visão política sobre a avaliação, onde há muitas verdades e opiniões.

ISSO FOI DURANTE OS ANOS 1970. E DEPOIS DISSO TEVE INÍCIO OUTRA ONDA DE AVALIAÇÃO.

ONDA NEOLIBERAL

Sim, depois veio outra onda, a onda neoliberal. Se você olhar em termos políticos, a primeira onda veio da esquerda, uma espécie de social-democracia, digamos, ou uma onda de centro-esquerda. A segunda onda (dialógica) também é uma onda de esquerda, uma espécie de onda anárquica, mas que também vem da esquerda, só que mais radical, sem nenhuma crença na ciência. A terceira onda é uma onda mais da direita, de centro-direita, a partir dos sociais-democratas, dos liberais e dos conservadores, por assim dizer. Havia duas ideias principais aqui: custo e eficiência. Eles levaram em conta o custo, item no qual as duas ondas anteriores não prestaram muita atenção. Mas nessa tercei-

ra onda, a ideia era reduzir custos, para gerar um melhor custo-benefício, mais serviços sociais por real, mais graduados com o mesmo orçamento, mais estradas por real e assim por diante. Era a ênfase no custo-benefício.

É ISSO ESTAVA RELACIONADO COM A CRISE FISCAL NOS PAÍSES EUROPEUS?

Sim, tivemos uma crise fiscal no início da década de 1990, e tem a ver com esse contexto.

ESSE FOI O FOCO DE MUITOS GOVERNOS À ÉPOCA.

Sim, mesmo neste país (Brasil), eu acho que isso foi o foco, também na Europa Ocidental e na América do Norte. Mas não é só isso, também foi uma onda na opinião pública. Foi Ronald Reagan e Margaret Thatcher chegando ao poder. Por isso, foi uma onda na opinião pública também, um ceticismo sobre o setor público e seu poder para entregar bens e serviços esperados e prometidos. Um outro aspecto da terceira onda é a orientação para o cliente. O cliente é o mais importante no setor público. Você deve ouvir os clientes e o que eles querem. Por exemplo, você deve ouvir as pessoas pobres, os clientes do trabalho social, os alunos das escolas, os prisioneiros nas prisões e assim por diante. Você deve ouvir os clientes.

MAS VOCÊ TAMBÉM PODE FALAR DE UMA QUARTA ONDA...

ONDA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

E.V.: Sim, existe agora uma quarta onda em ação, que é uma espécie de nova onda científica, a onda baseada em evidências. Você deve saber o que funciona, e para saber o que funciona significa que você deve ter algum tipo de evidência científica para o que você faz, e a melhor prova é através da experimentação. Assim, retornava um mesmo tipo de ideia, como nos anos 1960. Mas agora veio da direita, ao contrário da década de 1960, quando era da esquerda. Foi mais como Oscar Niemeyer na década de 1960 e agora é mais como George Bush II, porque ela vem dessa direção. Mas é novamente uma espécie de "cientificização".

TODAS AS QUATRO ONDAS TÊM SEDIMENTOS DEPOSITADOS

Mas, além de tudo isso relacionado às quatro ondas, eu gostaria de adicionar algo importante. Todas as quatro ondas deixaram sedimentos no setor público que você vê hoje. Elas deixaram camada sobre camada de ideias sobre avaliação, e você tem todas essas ideias que caminham em paralelo entre si nos atuais setores públicos do mundo ocidental.

PORTANTO, ISTO SIGNIFICA QUE UMA ONDA NÃO SUBSTITUIU A ANTERIOR. ELAS ESTÃO CONVIVENDO JUNTAS. MAS VOCÊ ACHA QUE ALGUMA DESSAS ONDAS É MAIS PROEMINENTE HOJE?

Acho que sim. Algumas são mais proeminentes na opinião pública e mais referenciadas. Nós ainda vemos a segunda, a onda dialógica, por exemplo, quando autoridades superiores avaliam o ensino superior e a pesquisa mediante autoavaliações e avaliações entre pares por avaliadores externos. Trata-se do diálogo entre os pesquisadores e os avaliadores. Também no ensino regular você tem um monte de conversas com os alunos, por exemplo, a fim de melhorar o desempenho deles. Mas também há os métodos quantitativos e um tipo de experimentação ao mesmo tempo. Na verdade, há reminiscências das quatro ondas por aí.

UMA QUINTA ONDA?

VOCÊ PODE PREVER ALGUMA NOVIDADE NO HORIZONTE EM TERMOS DE UMA POSSÍVEL QUINTA ONDA?

Esta é uma excelente pergunta. Eu acho que sim, existe. Eu não estou certo se eu tenho sido capaz de identificá-la, mas eu acho que há. Esta é uma questão muito boa para se pensar. Na União Europeia eles têm uma ideia interessante, eu acho. Não é uma onda ainda, mas pode ser uma onda, que eles chamam de avaliação contínua. Porque no primeiro período do programa (na União

Europeia eles têm períodos de programação de sete anos), eles tinham uma avaliação intermediária e uma avaliação final de período e, depois, eles descobriram que essas avaliações tenderam a não ser utilizadas para melhorias. Daí eles vieram com a avaliação contínua como uma solução, o que significa que você deveria ter uma equipe de avaliação e eles deveriam acompanhar em tempo real, por assim dizer, a implementação dos diversos programas e projetos e fornecer informações contínuas de feedback aos responsáveis pela implementação, para que pudessem ajustar direções, percepções, atividades, e assim por diante, imediatamente. Isso se chama avaliação contínua. É um tipo de monitoramento, mas é mais do que monitoramento, porque existem também conversações com os responsáveis por alimentar informações de volta para eles. Envolve a construção de conhecimento e o fazer inferências de modo a retroalimentar o sistema de implementação para que os implementadores possam corrigir, por assim dizer, o curso de ação.

Outra ideia é que cada vez mais temos políticas e programas substantivos, mas, além disso, temos também políticas e programas de avaliação. Assim, as agências têm uma política substantiva, como a política escolar ou a política de educação, que devem implemen-

tar, mas ao mesmo tempo elas também têm uma política de avaliação sobre a forma como elas devem fazer a avaliação de, digamos, a política escolar e a política educacional. Portanto, temos uma intervenção de primeira ordem, que seria a política ou programa substantivo, e então nós temos uma política de segunda ordem, que seria a política de avaliação desse programa substantivo em particular. Portanto, temos uma espécie de direção ou de governança por programas de segunda ordem.

AVALIAÇÃO DE DIREITA E AVALIAÇÃO DE ESQUERDA

VOCÊ VÊ AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO COMO PARTE DE UM PROCESSO POLÍTICO LIGADO A DIFERENTES DOUTRINAS GOVERNAMENTAIS? PODEMOS DIZER QUE HÁ UMA AVALIAÇÃO DE DIREITA E UMA AVALIAÇÃO DE ESQUERDA?

Bem, eu acho que não, na verdade. Ela varia com o período de tempo. O que a esquerda acredita e o que a direita acredita passam por mudanças ao longo do tempo, até quanto a minha história permite saber. A onda da ciência em 1960 veio a partir da esquerda. A onda da ciência agora vem da direita. Parece que as circunstâncias descrevem melhor como as coisas mudam. As circunstâncias parecem ser mais importantes e influenciam mais quem está no poder do que a ideologia da avaliação.

ENTÃO, NÃO HÁ ESCOLHA IDEOLÓGICA EM TERMOS DE AVALIAÇÃO... TERIA A VER MUITO MAIS COM A FORMA COMO OS GOVERNOS CONSEGUEM MOLDAR A AVALIAÇÃO POR MEIO DOS TIPOS DE QUESTIONAMENTOS QUE ELES FAZEM SOBRE AS POLÍTICAS?

Acho que sim. Eles são movidos por ondas políticas, mas os partidos de direita e os partidos de esquerda - dependendo das circunstâncias - poderiam ser a favor da ciência ou a favor do diálogo e serviços para os stakeholders. Depende das circunstâncias.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À AVALIAÇÃO NOS GOVERNOS

DADO QUE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SE DESTINA A ORIENTAR OS GOVERNOS E AO MESMO TEMPO TORNÁ-LOS RESPONSÁVEIS E TRANSPARENTES PERANTE A SOCIEDADE, NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AVALIAÇÕES COM CREDIBILIDADE DENTRO DOS GOVERNOS?

Esta é uma pergunta muito boa, mas difícil, se você olhar para o governo representativo, a democracia representativa. Levemos um caso muito simples, como por exemplo, um parlamento. O parlamento é o representante do povo, o demos ("as pessoas comuns"). O demos é o elemento mais importante em uma democracia: ele deve governar; mas o demos não tem tempo e energia para governar o tempo todo, então ele deve

delegar os seus poderes para o parlamento. Um parlamento é uma espécie de agente do demos, que é o principal. Mas o parlamento não pode tomar todas as decisões em uma democracia, ele não tem tempo e não tem a competência. Então, ele delega o seu poder para outro agente, o governo, para fazê-lo. A partir disso, pode-se observar que o Poder Legislativo, o parlamento, tem um duplo papel. Para o demos, o parlamento é um agente, mas para o governo ele é o principal. Para o demos, o parlamento é um servo, para o governo ele é o chefe. Como chefe, como principal, ele tende a gostar da avaliação, a fim de manter o governo, seu servo, responsável e transparente. Por outro lado, como é, ao mesmo tempo, um agente do povo, o parlamento também tende a não ser muito fã da avaliação. Servos não gostam de ser examinados pelos seus principais. Assim, os parlamentos têm um papel duplo. Isto é um pouco complicado de descrever. Todos os vários atores da cadeia de implementação no setor público desempenham papéis duplos, são principais e agentes ao mesmo tempo. E isso faz uma espécie de divisão em suas atitudes em relação à avaliação. Isso torna tudo mais difícil. Essa é uma das razões por que é tão difícil fazer avaliações dentro dos governos. Trata-se do duplo papel que eles exercem, como se usassem dois chapéus.

AVALIAÇÃO ACADÊMICA, EMPRESAS DE CONSULTORIA, AVALIAÇÃO INTERNA

COMO VOCÊ CONSIDERA A RELAÇÃO ENTRE A PESQUISA DE AVALIAÇÃO REQUERIDA PELOS GOVERNOS E O QUE AS ACADEMIAS CONSEGUEM PRODUZIR? VOCÊ VÊ ALGUM CONFLITO NESSE CENÁRIO? VOCÊ VÊ UM MERCADO ESPECIALIZADO CRESCENDO FORA DA ACADEMIA VOLTADO PARA A ENTREGA DO QUE OS GOVERNOS PRECISAM NO TEMPO REQUERIDO POR ELES? EXISTE ALGUM RISCO NESTA TENDÊNCIA?

Sim, eu vejo isso. Há um mercado de consultoria crescendo em torno da avaliação. Essa é uma das razões pelas quais você deve ter sociedades e associações de avaliação, também em vários países. A sociedade de avaliação que temos no meu país é composta por acadêmicos, pessoas que trabalham em órgãos públicos e pessoas que trabalham em empresas de consultoria. Porque eles têm que controlar uns aos outros de diferentes maneiras, por isso é muito bom ter associações independentes da política, mas também independentes das firmas de consultoria, e também independentes das universidades, uma organização separada, por assim dizer. Eu acho que é muito importante.

Outra coisa que eu gostaria de dizer sobre isso é que empresas de consultoria e consultores acadêmicos devem ser qualificados em ética. Você sabe, alguns profissionais são muito bons nisso.

Suas organizações trabalham com temas éticos e assim por diante. Quero dizer, tomemos, por exemplo, os médicos, eles têm cursos sobre ética. Isso é também o que as empresas de consultoria de avaliação deveriam ter. Elas deveriam ter cursos sobre os seus contatos como avaliadores para se tornarem altamente éticas. E há a importância da imprensa livre, é claro; e os controles internos nas carreiras profissionais, e que haja associações profissionais, e assim por diante.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NO GOVERNO

VOCÊ RECONHECE DIFERENTES MODELOS INSTITUCIONAIS ENTRE PAÍSES NA FORMA COMO A AVALIAÇÃO É DESENVOLVIDA DENTRO DOS GOVERNOS? EXISTIRIA UM MODELO IDEAL?

Eu acho que essa é uma boa pergunta. Eu não acredito em um modelo. Depende da área substantiva das políticas públicas. Se tomarmos a política do clima, por exemplo, ou a política ambiental, esses setores são mais dependentes das ciências naturais. Alguns tipos de avaliação, nesses casos, devem ser feitos por acadêmicos, talvez, até mesmo pelas universidades, porque esses assuntos são muito dependentes da ciência. Se você trabalhar com mudanças climáticas, os cientistas do clima são necessários. Isso deve ser feito através da universidade, que

fará a avaliação. Este também é o caso de áreas como a energia. Em outras áreas, por exemplo, a educação humanística ou o ensino de história: como devemos avaliar o ensino de história? Talvez, neste caso, pode-se ter a avaliação interna ou avaliação das partes interessadas, através do diálogo informal ou formal, avaliações pelos pares, seminários críticos, etc. Ninguém tem realmente pensado nisso inteiramente. Mas eu acho que poderia variar de setor para setor.

Tomemos um terceiro setor, o ensino superior, por exemplo. Nesse caso nós temos um modelo. E este modelo é uma espécie de um ponto de referência, eu diria. Antes de tudo, caso o governo queira saber algo sobre a pesquisa econômica da Universidade de Brasília (UnB), do seu Departamento de Economia, os investigadores, em se tratando de uma avaliação da pesquisa, começariam com uma autoavaliação dos professores. Eles fazem uma autoavaliação em primeiro lugar. Eles anotam as áreas em que eles acreditam que são muito bons e as áreas em que eles acreditam que são ruins e assim por diante. E então eles invocam os colegas de outras universidades, por exemplo, colegas de São Paulo, ou de Buenos Aires, ou de Harvard, para virem e, com base nas autoavaliações, darem

um julgamento sobre a qualidade. Isso é realmente um ponto de referência para a avaliação no ensino superior. Mas, perceba, isso é algo muito interno, no sentido de que é feita a autoavaliação e depois os avaliadores externos colaboram. Desse modo, torna-se possível combinar, penso eu, várias áreas importantes.

Mas exatamente que tipos de instituições devem existir para desenvolver a avaliação no âmbito dos governos? E.V.: Há muitas diferenças. Mas vocês têm outra ideia aqui (no Brasil). Por exemplo, o que eles chamam de auditoria aqui pertence ao Poder Legislativo, vinculado ao Parlamento, por assim dizer. Eles fazem a auditoria financeira. E a avaliação poderia ser feita por duas razões. Uma delas seria o desenvolvimento, a fim de melhorar a aplicação das políticas atuais, ou para criar melhores políticas ou para alterar as antigas, a fim de torná-las melhores; isso não é auditoria. A avaliação para o desenvolvimento (melhorias) pode ser feita internamente; não há a necessidade de um especialista externo para fazer isso, a menos que existam áreas técnicas de alta complexidade que demandem a necessidade de expertise científica internacional. Deve-se considerar que na auditoria deseja-se controlar se o agente tem realizado a ação de forma correta/

eficiente e se o agente tem feito bom uso do dinheiro público, sem desperdícios, como colocá-lo em empreendimentos questionáveis, e assim por diante. Este tipo de auditoria deve ser feito pelo Legislativo, porque o povo (demos) em si não pode fazê-lo, ele não tem tempo ou competência, logo, ele concede essa prerrogativa para o Poder Legislativo, mas o Poder Legislativo deve controlar o governo por auditoria.

Não se pode criar uma única estrutura para a avaliação; isso deve variar de acordo com vários critérios. Um critério é saber se você faz avaliação do desenvolvimento ou avaliação de auditoria, e o segundo critério é saber o quanto de conhecimento científico seria requerido, dependendo da área. E, certamente, há mais dimensões envolvidas. Ou seja, isso costuma variar. Não se pode ter uma única organização gigantesca. Logo, não existe uma regra simples para institucionalizar a avaliação dentro dos governos, mas certamente o Poder Legislativo deve fazer a auditoria.

COM QUEM O BRASIL PODE APRENDER?

EM SUA OPINIÃO, EXISTE ALGUM PAÍS OU PAÍSES QUE DEVERÍAMOS MIRAR PARA APRENDER COM SUAS EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE INSTITUIÇÕES QUE, DE FATO, APOIEM OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO?

Há alguns países que passaram



pela primeira onda de avaliação, eles têm uma longa experiência. Canadá foi um desses, assim como a Holanda, o Reino Unido, os países escandinavos. França e Itália, por sua vez, não viveram a primeira onda. Talvez você possa aprender alguma coisa com eles, porque eles têm atuado por um longo tempo. Em segundo lugar, as organizações internacionais, o Banco Mundial, a OCDE, esses tipos de organizações, que têm uma longa expertise. Até mesmo a União Europeia, porque se assemelha a uma federação como a do Brasil, e, possui algumas ideias interessantes sobre avaliação e sobre a forma de coordenação entre diferentes países. No início eles tinham ideias sobre avaliação continuada e, atualmente, sobre avaliação baseada em teoria. Ou talvez os Estados Unidos, embora eu considere que os Estados Unidos sejam muito diferentes, mas, assim como o Brasil, também são uma federação. Talvez a Comissão Europeia, em Bruxelas, possa ser algo para ser observado.

A força pedagógica do modelo da UE está nos seus três níveis: nível 1, com Problemas e Resultados, é a Sociedade e a Natureza; nível 2, Intervenção sob escrutínio; e nível 3, Avaliação, ou seja, a avaliação da intervenção. Também merece destaque que o modelo de sistema apresentado (ver re-

tângulos amarelos) permite estruturar o processo de intervenção em objetivos, conversões (entradas/*inputs*, atividades), produtos (*outputs*) e resultados (*outcomes*). Além da produtividade e eficiência, os avaliadores da UE devem centrar-se no cumprimento dos objetivos (efetividade) e relevância (os objetivos e os resultados realmente alcançados em relação ao problema fundamental). Além disso, eles devem avaliar a sustentabilidade no sentido de longevidade dos resultados, uma vez que os suportes financeiros da UE têm sido cortados.

**PROGRAMAS PODEM SER
DESCARTADOS, APESAR DE SEREM
BEM SUCEDIDOS?**

COMO VOCÊ DEVE SABER, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É PROVAVELMENTE O PROGRAMA MAIS AVALIADO NO BRASIL E COM UM LARGO ESPECTRO DE RESULTADOS POSITIVOS NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E NUTRIÇÃO DAS CRIANÇAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DE UM PROGRAMA QUE FOI DESMANTELADO APESAR DE RESULTADOS POSITIVOS COMPROVADOS?

Sim, já ouvi falar sobre o Bolsa Família, e que tem sido muito bem-sucedido! Houve inúmeras avaliações do programa. Mas, sim, a resposta é positiva, um programa pode ser descartado, apesar de fortes evidências empíricas sobre o seu sucesso na obtenção de resultados positivos, por

razões políticas. Isso acontece, você sabe, porque a política tem racionalidade própria. Por exemplo, em tempos turbulentos, em situações de crise, os gestores começam a repensar tudo e a pensar sobre tudo. Se você pensar sobre o sistema político, um político deve considerar outros aspectos além do conteúdo do programa. Eles também devem ganhar as eleições e responder às suas coligações. A avaliação pode ajudar, porque dá argumento, mas não pode garantir. Se você obtiver 98 avaliações apoiando esse programa, é meio difícil desfazer-se dele. Mesmo para um político, se por razões políticas ele/ela não gosta desse programa, ainda assim pode ser muito difícil desfazer-se dele. Assim, a avaliação pode de fato apoiar a manutenção de programas. Mas também há ondas de opinião na sociedade; algumas são contra a intervenção do governo, e, se essa onda de opinião é suficientemente forte, então ela poderá

bater os resultados positivos de avaliação, mesmo se amplamente disponíveis. Mas, por outro lado, se estamos falando de uma democracia, o que as pessoas pensam costuma ser mais importante do que a avaliação. É possível que programas sejam encerrados, mesmo se eles caminham na direção certa, faz parte do jogo. A democracia é mais importante do que a avaliação.

AValiação QUANTITATIVA E QUALITATIVA

FALANDO AGORA SOBRE OS MÉTODOS, A AVALIAÇÃO NOS GOVERNOS COSTUMA PRIORIZAR O MÉTODO QUANTITATIVO. O SENHOR ACHA QUE A PESQUISA QUALITATIVA DEVE SER MAIS CONSIDERADA NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

E.V.: Acho que sim, em algumas áreas. O método qualitativo pode contribuir muito. Se considerarmos o ensino superior, por exemplo, em que há a autoavaliação e a avaliação por pares (avaliação colegiada), então se

observam mensagens qualitativas, e esta é uma área muito importante, quero dizer, a pesquisa científica. É feita através do diálogo e da fala, então a pesquisa científica já está inserida no método qualitativo. Eu acho que ela pode ser utilizada também na política social, no serviço social, onde se deve ouvir os clientes, os usuários de drogas, o que eles pensam sobre as drogas, quais são suas ideias, ouvir as histórias das pessoas e assim por diante. Em minha opinião, os avaliadores também devem usar estatísticas. Mas devem trabalhar com algumas narrativas, sobre as boas práticas, e contar as histórias para os políticos de uma forma que estes possam compreender, pois assim estariam sendo mais pedagógicos se compararmos com o mero uso de números. Assim, os métodos qualitativos têm algum papel a desempenhar, mas não se deve deixar de fora as estatísticas.

MENSAGEM FINAL

APÓS A SUA ESTADA NO BRASIL, COM BASE NO QUE VOCÊ TEM OUVIDO E VISTO, QUE MENSAGEM VOCÊ DEIXARIA PARA NÓS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Talvez eu devesse dizer: pensem na utilização! Vocês não devem fazer muita avaliação, mas vocês devem fazer boas avaliações, avaliações de alta qualidade. E uma vez que vocês fazem boas avaliações, vocês devem pensar na utilização dos resultados desde o início. Se eu avaliar este programa em particular, quem irá utilizar os resultados? Você sabe, nós, professores, não pensamos assim, porque nós começamos nossa pesquisa sem ponderar a questão de utilização. Mas a utilização dos resultados, ou, pelo menos, a utilidade dos resultados, é muito importante. Então, vocês devem pensar na utilização desde o início; essa seria a minha mensagem para vocês. Quem utilizará os resultados? Há alguém lá fora que vai me ouvir? Se não, não façam. Talvez isso seja muito forte para dizer, mas pensem sobre a utilização desde o início.